

FH ameaça baixar MP sobre concessões

BRASÍLIA — Os congressistas já receberam o seguinte recado do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso: se o projeto de lei sobre concessão de serviços públicos à iniciativa privada não for aprovado nos próximos 20 dias, um de seus primeiros atos de governo será baixar uma medida provisória com os procedimentos legais necessários à formalização de parcerias para a conclusão de dez hidrelétricas e seis termoeletricas cujas obras estão paradas por falta de recursos. O projeto, que para Fernando Henrique tem que ser aprovado ainda este ano, está na Subsecretaria de Comissões Técnicas desde que recebeu parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS), mas ainda não tem previsão para ingressar na pauta de votações.

A primeira cobrança de Fernando Henrique ocorreu há um mês, durante uma reunião do coordenador do programa do futuro Governo, o economista Paulo Renato Souza, com o ministro do Planejamento, Beni Veras, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Humberto Souto (PFL-MG), e o relator do Orçamento, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). Paulo Renato perguntou como estava o projeto. Beni respondeu que o problema era delicado, uma vez que o projeto original de Fernando Henrique fora totalmente modificado e já não contemplava a programação do futuro Governo. Através de Paulo Renato, o presidente eleito mandou o seguinte recado:

— Bem, se não for aprovado, o presidente baixará uma medida provisória assim que tomar posse para regulamentar as concessões no setor elétrico.

Fernando Henrique já escolheu 16 empreendimentos do setor elétrico — dez hidrelétricas e seis termoeletricas em obras — que pretende concluir em parceria com o setor privado através da concessão de serviços. Pretende também passar a administração das empresas de energia para o setor privado. Mas isso depende hoje do projeto em tramitação no Senado.

A equipe de transição identificou diversas falhas no projeto e vai pedir ao presidente Itamar Franco que, caso a proposta seja aprovada, veto os artigos que tratam das licitações e fixe também uma forma equilibrada de distribuição para que a iniciativa privada não pegue apenas boas praças de consumo de energia, deixando para o poder público as áreas deficitárias. Até agora, porém, não existe a menor previsão de votação.

Cargos de confiança serão reduzidos

BRASÍLIA — O economista Paulo Renato Souza entregará semana que vem ao presidente eleito, devidamente detalhado, o programa do futuro Governo — inclusive as emendas que precisam ser negociadas com os partidos para votação no Congresso. Está resolvido que no setor público não haverá demissões, e sim diminuição do número de cargos de confiança. No livro "Mãos à obra, Brasil", Fernando Henrique cita dois mil cargos que, segundo a Secretaria de Administração Federal, têm atribuições e denominações imprecisas. A maioria deles deve ser extinta, segundo um membro da equipe de transição.

No setor de transportes a ordem é concluir as estradas já em construção. Abrir novas rodovias, só no caso de duplicações como a da BR-101 e a da BR-116, que liga o Sul do país ao Uruguai. A obra visa a incrementar o Mercosul. Já no setor de energia, o ponto principal será a conclusão de hidrelétricas e termoeletricas com a parceria de empresas privadas. A busca de parceria com o capital privado para esse tipo de investimentos visa a liberar o que for possível dos recursos orçamentários para a área social.

Detalhes do programa de governo serão divulgados em parte no pronunciamento de despedida que Fernando Henrique fará dia 14 no Senado. No discurso ele vai se dirigir à classe política, anunciando as propostas de reforma constitucional que pretende empreender, e pedir apoio para implementá-las.